



Estudantes lgbti+ e universidades: uma relação que tem sido (re)produzida com/na contradição

Rodrigo da Silva Vital¹

Marcio Caetano²

Resumo: As universidades do Brasil têm uma história que, como sabemos, conferem um status de reconhecimento e prestígio social, embora elas tenham passado por ataques atuais, de seguimentos fundamentalistas e/ou ultraconservadores e que tentam descredibilizá-las. Elas ainda são as maiores produtoras de conhecimento acadêmico-científico no país, além de promoverem formações ontológicas e profissionais que, muitas vezes, são o meio de sujeitos se qualificar/emancipar nos âmbitos intelectual, social, econômico e cultural. O estudo problematiza as contradições das/nas relações de estudantes LGBTI+ com/nas universidades, discutindo as categorias da diferença e da identidade sob as óticas da educação inclusiva, da pedagogia da diferença e dos pensamentos queers. Para isso, nós usamos um estado de conhecimento sobre o tema, além de uma pesquisa narrativa com estudantes gays de uma universidade pública do Rio Grande do Sul, compreendendo que as universidades (re)produzem as contradições sociais no cotidiano desses sujeitos, potencializando e dificultando, ao mesmo tempo, a sua inclusão nos espaços educativos.

Palavras-chave: ensino superior; diferenças; identidades.

Abstract: Brazilian universities have a history that, as we know, confers a status of recognition and social prestige, although they have experienced current attacks from fundamentalist and/or ultra-conservative groups that attempt to discredit them. They are still the largest producers of academic-scientific knowledge in the country, in addition to promoting ontological and professional training that, often, is the means for individuals to qualify/emancipate in the intellectual, social, economic and cultural spheres. The study problematizes the contradictions in/in the relationships of LGBTI+ students with/in universities, discussing the categories of difference and identity from the perspective of inclusive education, the pedagogy of difference and queer thoughts. To do this, we used a state of knowledge on the topic, in addition to narrative research with gay students from a

¹ Doutor em Educação em Ciências. Docente da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-0774-7735>.

² Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel e do Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-4128-8229>.

public university in Rio Grande do Sul, understanding that universities (re)produce social contradictions in the daily lives of these subjects, enhancing and hindering, at the same time, its inclusion in educational spaces.

Keywords: higher education; differences; identities.

Resumen: Las universidades brasileñas tienen una historia que, como sabemos, les confiere un estatus de reconocimiento y prestigio social, aunque hayan sufrido ataques actuales de grupos fundamentalistas y/o ultraconservadores que intentan desacreditarlas. Siguen siendo los mayores productores de conocimiento académico-científico del país, además de promover una formación ontológica y profesional que, muchas veces, es el medio para que los individuos se capaciten/emancipen en los ámbitos intelectual, social, económico y cultural. El estudio problematiza las contradicciones en las relaciones de los estudiantes LGBTI+ con/en las universidades, discutiendo las categorías de diferencia e identidad desde la perspectiva de la educación inclusiva, la pedagogía de la diferencia y los pensamientos queer. Para ello, utilizamos un estado de conocimiento sobre el tema, además de una investigación narrativa con estudiantes homosexuales de una universidad pública de Rio Grande do Sul, entendiendo que las universidades (re)producen contradicciones sociales en el cotidiano de estos sujetos, potenciando y dificultando, al mismo tiempo, su inclusión en los espacios educativos.

Palabras-clave: educación superior; diferencias; identidades.

INTRODUÇÃO

As universidades do Brasil têm uma história que, como sabemos, conferem um status de reconhecimento e prestígio social, embora elas tenham passado por ataques atuais, de seguimentos fundamentalistas e/ou ultraconservadores e que tentam descredibilizá-las. Mas as universidades ainda são as maiores produtoras de conhecimento acadêmico-científico no país, além de promoverem formações ontológicas e profissionais que, muitas vezes, são o meio de sujeitos se qualificar/emancipar nos âmbitos intelectual, social, econômico e cultural.

Apesar das universidades surgirem no contexto de desigualdade social no Brasil, se tornando, por vezes, dispositivos que se aproximam das classes cultural e econômica mais privilegiadas, elas têm passado por mudanças recentes, algo mais democrático e que remete a políticas públicas tal como as cotas e a assistência estudantil definidas a partir, sobretudo, de legislações federais. Essas políticas fomentam o acesso-permanência de pessoas que, até então, pertencem a diferentes grupos, incluindo aqueles que são socialmente minorizados, a exemplo das pessoas negras, com deficiência, indígenas e quilombolas e/ou com baixa renda, além de travestis e transexuais que, recentemente, têm sido alvo de ações afirmativas e reparadoras em algumas instituições de ensino superior.

A partir disso, nós podemos relacionar os marcadores materiais e sociais da diferença com o acesso-permanência das pessoas nas universidades; marcadores que impactam nas

experiências sociopessoais, considerando os modos com que os sujeitos são percebidos e tratados numa sociedade. Ou seja, os marcadores da diferença e a produção da identidade (o ser/fazer) simbolizam valores e significados na vida social; valores e significados que, muitas vezes, são usados no fomento do racismo, capacitismo, aporofobia, homofobia e transfobia – situações que incidem no cotidiano de estudantes nas universidades.

Dessa forma, os valores e significados sociais sobre as diferenças identitárias têm efeitos na relação entre estudantes nas/com e as universidades; estudantes que vivenciam e/ou (re)produzem os marcadores de diferença e, com isso, são percebidas/percebidos como dissidentes. Ou seja, são sujeitos cuja identidade tensiona os valores sociais normativos que regulam a vida social e, conseqüentemente, a vida com/nas universidades. Essas normatividades que expressam o projeto de sociedade, demarcando quais os sujeitos são desejáveis e valorizados em detrimento daqueles que são passíveis de correção, limitação, violação e exclusão na vida pública e, conseqüentemente, no chamado “ensino superior”³.

Nesse contexto, uma forma identitária pode experimentar tensões nas suas relações com/nas universidades; tensões que surgem no jogo entre uma normatividade social e as diferenças que ela regula. No caso do presente estudo, consideramos as diferenças que interpelam a constituição identitária das/dos estudantes LGBTI+⁴, como a orientação sexual e a identidade de gênero.

Assim, esses sujeitos podem ser interrogados com valores e significados sociais normativos com/nas universidades, ora sendo subordinados e/ou subjugados pela diferença que (re)produzem, considerando as normas sociais reguladoras de sexo, sexualidade e gênero, ora podem tensionar, transgredir e até causar a modificação sobre o efeito dessas normas com/nas universidades, visibilizando, problematizando e/ou ressignificando as regulações cisheteronormativas⁵ nas instituições.

Sobre isso, o presente estudo tem como objetivo evidenciar e problematizar as dinâmicas das/nas relações de estudantes LGBTI+ com/nas universidades. Se trata de um

³ O uso do termo “ensino superior” supõe que as universidades seriam superiores a outros modos de educação/ensino, carregando a premissa de que os sujeitos universitários são superiores aos sujeitos em outros espaços educativos, como a educação infantil/educação básica e a educação popular.

⁴ A sigla LGBTI+ se refere a estudantes mulheres lésbicas, homens *gays*, homens e mulheres bissexuais, travestis, homens e mulheres transexuais, pessoas intersexo e demais existências e/ou expressões não normativas de sexo, sexualidade e gênero

⁵ O termo cisheteronormativo se refere às normatividades sociais que incidem sobre a identidade de gênero (a hegemonia da cisgeneridade) e sobre a orientação sexual (a hegemonia da heterossexualidade). Ou seja, os sujeitos que se diferenciam disso estão passíveis de discriminação, violência e exclusão.

estudo qualitativo, interpretativo e empírico realizado a partir de um estado de conhecimento sobre o tema, e de uma pesquisa narrativa com estudantes *gays* em uma universidade pública localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O presente estudo traz perspectivas teóricas que contextualizam os conhecimentos propostos, localizando as intencionalidades política, epistêmica e formativa dos seus autores, dada a nossa relação sociopessoal e institucional com a temática. Sem a intenção de resgatar a história das universidades no Brasil, nós vamos pensá-las a partir do cotidiano, considerando os atravessamentos sociais que são (re)produzidos com/nessas instituições; atravessamentos que incidem sobre a vida de estudantes LGBTI+ que, de muitas formas, constituem o que chamamos de comunidade acadêmica ou universitária, com enfoque no cenário dos cursos de graduação.

Quando (re)pensamos na relação de estudantes LGBTI+ com/nas universidades, é comum explorar os aspectos de acesso-permanência; o que, no caso do presente estudo, envolve as perspectivas da educação inclusiva e da pedagogia da diferença. Se trata de uma escolha epistêmica que justificamos quando as universidades são vistas, sobretudo, como instituição de ensino, desenvolvendo práticas formativas e, conseqüentemente, apreendendo um trabalho pedagógico.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, conjuga igualdades e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008: p. 4).

Dessa forma, quando nós compreendemos que estudantes LGBTI+ são sujeitos constituídos sob/com as circunstâncias históricas que, de alguma forma, já produziram e ainda produzem processos de exclusão – uma exclusão fundamentada nas diferenças de sexo, sexualidade e gênero – nós precisamos considerar que essas e esses estudantes são ou podem ser aliados dos seus direitos, incluindo os seus direitos humanos, tal como aqueles que perpassam a Área de Educação.

Em outras palavras, se existem processos sociais de exclusão que estão relacionados à homofobia e à transfobia, exclusão que é (re)produzida na vida com/nas universidades, nós precisamos visibilizar e reiterar a necessidade de (re)pensar as universidades, também e

sobretudo, com os conhecimentos produzidos na educação inclusiva; o que inclui se atentar para os seus pressupostos de equidade.

Destarte, “a educação inclusiva assume espaço central nos debates da sociedade contemporânea sobre o papel das escolas [e das universidades]⁶ na superação da lógica de exclusão” (BRASIL, 2008: p 4). Embora a maior parte dos discursos sobre a educação inclusiva, hoje, gira torno da educação especial (uma modalidade especializada no ensino escolar de pessoas com deficiência), é preciso resgatar e reivindicar a inclusão para todas e quaisquer pessoas que vivem e/ou (re)produzem marcadores materiais e sociais da diferença e, com isso, estão sujeitas à discriminação, à violência e à exclusão nos espaços educativos.

Se hoje temos políticas públicas e institucionais que garantam um acesso e uma permanência de estudantes socialmente vulnerabilizados, tal como as cotas étnico raciais, de renda, de pessoas com deficiência e/ou travestis e transexuais, além das ações de assistência estudantil, sabemos que tudo isso não garante, por si só, a satisfação das necessidades específicas de grupos socialmente minorizados. Ou seja, é preciso considerar, também, os elementos simbólicos socioculturais que são inerentes à qualidade de vida, ao (re)conhecimento e ao pertencimento de estudantes negros(as), quilombolas, indígenas, com deficiência e/ou LGBTI+ nas universidades.

É por isso que ampliamos o debate da relação de estudantes LGBTI+ com/nas universidades, levando em conta as especificidades socioculturais e, portanto, pedagógicas no compromisso das instituições de ensino com a formação e o desenvolvimento social nos territórios com que atuam. É por isso que o presente estudo reivindica uma perspectiva, na pedagogia universitária, que (re)conheça e atue sobre/com a categoria da diferença nos espaços educativos – estamos falando da pedagogia da diferença.

É notável que a interação e/ou convívio entre pessoas com as suas diferenças pode ensinar e, portanto, produzir aprendizagem. Isso nos permite dizer que as diferenças podem ser pedagógicas. É nesse sentido que a pedagogia da diferença trata do que nós aprendemos e como aprendemos no cotidiano, quando nós nos encontramos com “o outro” diferente de nós – um encontro que pode transformar o que nós já sabíamos/conhecíamos antes de nos encontrar. Dessa forma, esse “encontro-relação” é capaz de produzir e inserir novos conceitos no repertório cognitivo de alguém e isso pode produzir entendimentos e aprendizagens

⁶ Os termos entre colchetes se referem às inserções explicativas e/ou complementares feitas por nós, autores do presente estudo.

(CORREIA, 2004: p 134) – produz uma pedagogia.

Em outras palavras, a pedagogia da diferença se refere à produção de aprendizagem que emerge dos encontros e das relações com pessoas diferentes de nós; aprendizagens que se dão nos âmbitos subjetivo, social e cultural. No caso do presente estudo, nós focamos nas diferenças que estão relacionadas ao ensino e aprendizagem nos campos do sexo, da sexualidade e do gênero; o que inclui a diversidade que emerge desses campos e que se faz presente na vida social e, portanto, nas universidades.

A pedagogia da diferença pressupõe que aprender significa produzir diferenças. Nós aprendemos quando produzimos novos pensamentos e comportamentos que, portanto, são diferentes do que já tínhamos aprendido até então. Se trata da formação de algo que não tínhamos formado antes de conhecer novos modos de pensar, fazer, conhecer e existir. Nesse contexto, nós pensamos que grande parte dos estudos sobre as diferenças de sexo, sexualidade e gênero explora as desigualdades e violências dos sujeitos LGBTI+, incluindo os enfrentamentos e as resoluções desse tipo de problema social. Contudo, também precisamos pensar e reivindicar, com/nas instituições de ensino, que se produza uma formação para e com as diferenças, (re)aproximando as universidades da pluralidade que encontramos na vida social.

Nessa perspectiva, as instituições de ensino também têm o objetivo de compreender e ensinar sobre/com os diversos sujeitos que constituem uma sociedade, incluindo o atendimento pedagógico das demandas e das especificidades que essa diversidade coloca. Ou seja, é fundamental que as universidades possuam uma diversidade de profissionais e estudantes como parte da sua comunidade, já que isso permite com que elas produzam conhecimentos e formações com as diferenças e não só sobre elas.

O próprio conjunto de significados relacionáveis à palavra universidade pressupõe um universo de existências, saberes, conhecimentos e práticas. Isso remonta à necessidade constante das universidades se (re)atualizarem como instituição plural, em algo que corresponda à complexidade da vida social; o que inclui considerar a gama de saber/fazer/viver produzida com/pelos sujeitos LGBTI+.

É evidente que, hoje, há uma grande contribuição dos estudos *gays*, lésbicos, transfeministas e *queer* na academia, com isso impactando nos conhecimentos, na tecnologia, bem como na formação que emergem das universidades. E isso mostra como as instituições se qualificam com esses sujeitos. Contudo, nós precisamos entender, também, que as

universidades precisam dessas pessoas, e não só o contrário, dado o necessário alcance das realidades contemporâneas, visto que os problemas sociais e tecnológicos de hoje requerem perspectivas diferentes ou diversas na sua compreensão/resolução.

Destarte, a pedagogia da diferença permite compreender e promover as funções pedagógicas do “encontro” nos espaços educativos. É quando as pessoas diferentes se encontram sob um objetivo de ensino-aprendizagem em comum, como seria o de aprender um conteúdo curricular em curso de graduação. Além dos conteúdos curriculares, esse “encontro” pode produzir aprendizagem sobre si e sobre “os outros”; o que permite dizer que um “encontro” pode ser bom quando é educativo.

Bons encontros são aqueles que oportunizam as habilidades de escolher e agir. Na contramão disso, encontros ruins não promovem essas habilidades. Ao invés disso, eles produzem sofrimento e reações no lugar das aprendizagens (TADEU, 2002: p 54). É por isso que preconceitos e discriminação, como a homofobia e a transfobia, tornam o “encontro” com a diferença algo ruim, impedindo ou produzindo barreiras na aprendizagem sociopessoal com/sobre as diferenças. Esses preconceitos, muitas vezes, acontecem pela reatividade ignorante do não saber e/ou do não querer saber, gerando sofrimento e/ou reações impotentes ou destrutivas.

A partir disso, quando nós (re)pensamos as universidades no presente estudo, nós fazemos as seguintes perguntas: como os encontros com/nessas instituições têm ensinado sobre as diferenças? O que as universidades ensinam sobre as pessoas LGBTI+? Essas questões podem revelar como as instituições de ensino realizam, ou não, os seus papéis sociais, além de evidenciarem a importância da educação inclusiva e da pedagogia da diferença nas universitárias.

Por fim, precisamos pensar na categoria identitária. Não queremos focar na sua dimensão psicológica, subjetiva e/ou pessoal, embora a separação disso seja inviável. O que queremos dizer, com isso, é que o presente estudo focou na sua dimensão social, considerando as dinâmicas das/nas relações de estudantes LGBTI+ com/nas universidades. Para compreender essas relações, nós consideramos os marcadores da diferença sob as dinâmicas institucionais, tanto o que chamamos de marcadores materiais (fenótipos, estética/aparência e etc.), quanto o que chamamos de marcadores sociais (os valores e os significados que são atribuídos às “marcas” de sexo, sexualidade e gênero). Contudo, ampliamos o debate quando interpretamos a dimensão relacional, da/com a diferença, pois

queremos compreender como essa categoria funciona nos processos de identificação sociopessoal no contexto das instituições; processos que envolvem sistemas de classificação e predispõe os sujeitos a tipos de valoração social a partir do que são ou parecem ser no jogo da diferença-similaridade.

Assim, nós entendemos que os marcadores da diferença, no contexto identitário, são uma produção subjetiva, social e cultural. Nesse contexto, as diferenças de sexo, sexualidade e gênero são tomadas como algo sociohistórico, colocando que as formas sociais de perceber uma identidade de gênero, por exemplo, não é algo dado, pronto e que seria inato ou “natural” dos sujeitos que vive e/ou performa (um conceito tratado mais adiante). Assim, as identidades também um produto social.

Ou seja, uma identidade envolve as sociabilidades relacionadas e, portanto, está inserida no contexto de relação e comparação entre os modelos ou práticas identitárias que são (re)produzidas e (re)conhecidas em uma sociedade. Esta, por sua vez, dispõe, valora e ensina as identidades como “normal” e “anormal” ao longo do tempo e segundo as tradições e hegemonias que formam a sua estrutura. É nesse sistema de comparação que os significados sociais sobre as identidades são formados, reforçados e combatidos, fazendo com que algumas identidades sejam mais reconhecidas e legitimadas, socialmente, do que outras ou que as formas identitárias subjugadas precisem reivindicar o seu direito de ser/fazer.

Nós sabemos que o sexo, a sexualidade e o gênero produzem implicações identitárias e que, por isso, podem ser tomados como marcadores da diferença que constituem os processos de identificação e/ou os pertencimentos identitários de alguém, a depender de como as pessoas se conscientizam/se relacionam com os seus marcadores. Se os marcadores de sexo, sexualidade e gênero têm significados políticos, sociais, econômicos e culturais, é certo que eles influenciam o cotidiano dos sujeitos na vida social, bem como a relação dos sujeitos com/nas instituições, como as universidades.

Se a perspectiva identitarista concebe a identidade como algo fixo, estruturado e estruturante, algo inato ao sujeito que se identifica, performa e é identificado, a nossa ideia de identidade se aproxima daquilo que coloca os pensamentos *queer*. A chamada teoria *queer* problematiza a categoria identitária, no sentido de compreender como ela e suas relações são construídas em uma sociedade ao longo tempo. Os pensamentos *queer* ampliam o nosso entendimento sobre as identidades a partir da sua desconstrução – uma empreitada que alcança o funcionamento da categoria identitária com os conceitos de performance (práticas

de ser/fazer) e performatividade (modelos de ser/fazer).

A performatividade pode ser entendida como o conjunto de práticas que conduzem as performances que nós produzimos com e sobre os nossos corpos nos âmbitos pessoal e social. Assim, as performatividades estão relacionadas com as diferenças sexuais e de gênero que nós percebemos (BUTLER, 2019: p 178) – se trata dos modelos de ser/fazer que uma sociedade dispõe e que nós aprendemos e/ou com que nos identificamos. Dessa forma, as performatividades orientam a nossa percepção sobre as pessoas segundo os modelos de sexo, sexualidade e gênero. Já a performance tem a ver com os atos, as atitudes e os comportamentos que repetimos no cotidiano e que dão a impressão do que somos [e do que “o outro” é] (BUTLER, 2019: p 163).

Essa perspectiva teórica compreende como a performatividade (os modelos de ser/fazer) e a performance (as práticas de ser/fazer) produzem efeitos na vida social e, com isso, impacta no modo com que pessoas se percebem/são percebidas no cotidiano. O presente estudo considera que estudantes LGBTI+, por “serem” LGBTI+, podem ser socialmente percebidas/percebidos como sujeitos dissidentes, considerando a cisheteronormatividade e os seus efeitos sobre a vida social. E por serem dissidentes, esses sujeitos experimentam vulnerabilidades na sua relação com/nas universidades, a depender de como as instituições valoram/significam as suas identidades de gênero e/ou sexoafetiva.

A identidade sexoafetiva se refere às leituras socioculturais que fazemos sobre/com a sexualidade, com ênfase na orientação sexual que, assim, pode ser um elemento identitário de alguém. Isso envolve o que percebemos sobre nós e/ou como somos percebidas(os) a partir do que performamos no âmbito da sexualidade (VITAL, 2022: p 41). A exemplo de uma mulher homossexual que, além das suas práticas sexuais, se identifica com as diferenças que ela significa, socialmente, ou seja, as suas performances sexuais atuam na sua identidade – para além da prática homossexual, essa mulher também se constitui, se percebe e pode ser percebida como lésbica (esta, portanto, é sua identidade sexoafetiva). Sexoafetiva porque a sexualidade de *gays*, lésbicas e bissexuais não se limitam à prática sexual (assim como qualquer pessoa, eles e elas podem ter necessidades afetivas e praticar/se identificar com relacionamentos românticos/amorosos).

Por isso, quando pensamos as/os estudantes LGBTI+ com/nas universidades, há o entendimento de que as suas vidas ultrapassam as reduções do corpo à prática sexual, já que essas pessoas também se reconhecem e são reconhecidas, socialmente, sob o viés relacional

e afetiva das suas identidades. É nesse contexto que considerando os espaços educativos nas instituições de ensino; espaços que (re)produzem efeitos sob as regulações identitárias de sexo, sexualidade e gênero que atuam com/nas universidades.

FAZERES METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado a partir de dois trabalhos realizados em 2022: a construção de um estado de conhecimento sobre a relação de estudantes LGBTI+ com/nas universidades; e uma pesquisa narrativa com estudantes *gays* de uma universidade pública do interior do RS⁷.

O estado de conhecimento é um levantamento de informações sobre um determinado tema feito a partir de uma única fonte informativa (RAMANOWSK; ENS, 2006: p 40). Para isso, nós buscamos dissertações e teses indexadas no repositório da CAPES – a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Na busca, utilizamos o termo *gay* (sem aspas) como o único descritor, fazendo isso com a restrição da pesquisa bibliográfica à grande área de ciências humanas e área específica de educação. Encontramos 1.361 trabalhos que, sendo submetidos aos critérios de inclusão e exclusão descritos no Quadro 1, foram reduzidos a 7 trabalhos publicados no período de 2013 a 2019 (VITAL, 2022). Destes, o presente estudo utilizou 5 teses e 1 dissertação.

Quadro 1 - critérios de inclusão e exclusão na seleção de teses e dissertações do estado de conhecimento.

PARTE ANALISADA	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	DE	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Leitura do título dos trabalhos:	<ul style="list-style-type: none"> - Relação explícita com a área de educação; - Menção dos termos <i>gay</i>, LGBT+ e/ou variações; 		<ul style="list-style-type: none"> - Publicações indisponíveis na versão completa; - Exclusão explícita da categoria <i>gay</i> como público-alvo da pesquisa; - Pesquisas com foco em docentes/formação docente.
Leitura do resumo dos trabalhos:	<ul style="list-style-type: none"> - Relação explícita da pesquisa com universidades; - Pesquisas com foco em estudantes universitárias(os); - Pesquisas que não explicitaram relação com universidades, mas que não excluíram essa possibilidade. 		<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas sobre a educação básica; - Trabalhos cujos sujeitos de pesquisa são docentes.

⁷ Sigla que se refere ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Leitura da introdução e da metodologia dos trabalhos:	- Trabalhos que incluíram estudantes <i>gays</i> no seu público-alvo.	- Estudos que envolveram estudantes universitárias(os), mas que focaram nas suas lembranças sobre a educação básica; - Estudos sem relação explícita com a temática e/ou contexto universitários/da educação superior.
--	---	---

Fonte: VITAL (2022) – versão adaptada.

A dissertação “O mundo e o outro mundo: reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, *gays* e bissexuais da USP” (CADOSO, 2019) analisou as dinâmicas socioespaciais universitárias e concluiu que existe preconceito e violência contra LGBTI+ nessas instituições. Por sua vez, a tese intitulada “A (re) invenção de si: investigando a constituição de pessoas *gays*, travestis e transexuais” (LONGARAY, 2014) explorou enunciados e práticas desses sujeitos nos espaços educativos, constatando a necessidade de discutir as temáticas de gênero e sexualidade nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino.

A tese “Ser ou não parecer no curso de administração? Eis a questão! A performance de alunos *gays* e bissexuais no contexto de um curso heteronormativo” (MENDES, 2019) coloca que as performances de estudantes estão condicionadas à matriz heterossexual que, assim, é a pré-condição no reconhecimento desses sujeitos. Somado a isso, a dissertação “Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico” (SOUZA, 2013) relaciona o sucesso acadêmico de estudantes *gays* e lésbicas com a omissão da orientação sexual nos espaços educativos.

A dissertação “A luta é coletiva: mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades” (FARIA, 2018) evidenciou a necessidade de desenvolver conhecimentos não normativos, considerando a experiência bélica que estudantes LGBTI+ têm sob a ameaça constante de violação dos seus direitos.

Por fim, a dissertação “Trajetórias, permanência e aflição de estudantes LGBTI+ na UFRB: a transformação do estigma em orgulho” (SILVA, 2017) concluiu que a universidade é um terreiro para a diversidade e que, ao mesmo tempo, ela produz práticas que silenciam e invisibilizam as pessoas LGBTI+.

Após (re)organizar as informações dos trabalhos selecionados, nós produzimos uma

análise crítica-propositiva, construindo uma relação desses trabalhos com a narrativa de estudantes que participaram da pesquisa com o objetivo de explorar e compreender a experimentação de si e outras práticas que eles (re)produzem no cotidiano com/na universidade (VITAL, 2022). A pesquisa envolveu estudantes de 4 cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), respeitando as Resoluções Nº 466/12 e Nº 510/2016, conforme a aprovação no comitê de ética sob o parecer Nº 54519521.9.0000.5324. O nome fictício de cada estudante foi mantido, garantindo o seu anonimato – Ioiô (28 anos de idade, graduando do curso de terapia ocupacional); Arty (36 anos de idade, graduando do curso de conservação e restauração de bens culturais móveis); Pacífico (31 anos de idade, graduando do curso de medicina); e Severo (26 anos de idade, graduando do curso de licenciatura em teatro).

A UFPel foi escolhida por conveniência, destacando os três motivos principais: o fácil acesso dos pesquisadores ao corpo discente; a experiência e o conhecimento prévios dos pesquisadores sobre/com a instituição; e a universidade ter dois setores administrativos, vinculados à gestão central (reitoria), voltados ao atendimento das questões de gênero/identidade de gênero e diversidade sexual – a Coordenação de Diversidade e Inclusão (CODIn) e o seu Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN).

RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES E ESTUDANTES LGBTI+

A produção identitária, hoje, interage com as políticas públicas, seja na criação das políticas para grupos específicos, como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e/ou LGBTI+, seja pela ausência dessas políticas; ausência que mostra os processos de valoração sociopolítica e a consequente desigualdade e/ou negligência que o Estado (re)produz para/sobre algumas populações.

Nesse sentido, as políticas públicas para/com as universidades estão mostrando como as instituições de ensino lidam (ou não) com as diferenças sociais e/ou identidades, considerando a relação destas últimas com as normatividades sociais que, no presente estudo, regulam o sexo, a sexualidade e o gênero. Ou seja, as políticas públicas institucionais, bem como as formas de executá-las sugerem como as universidades se organizam, ou não, para/com estudantes LGBTI+, potencializando e/ou dificultando a sua permanência, o seu pertencimento e a sua participação nos espaços educativos.

Desse modo, entendemos que as maneiras de compreender e executar as políticas

públicas institucionais refletem na organização das universidades e vice-versa. Quando falamos dessas políticas, consideramos a própria gestão universitária, os currículos, a formação docente, a assistência estudantil e o (não) atendimento afirmativo e/ou reparador das desigualdades de sexo, sexualidade e gênero que ameaçam estudantes no cotidiano.

Destarte, a expressão “potencializando e/ou dificultando” remonta às contradições sociais que são (re)produzidas nas universidades que, assim, têm potencializado e dificultado, ao mesmo tempo, a permanência, a existência e a participação de estudantes LGBTI+ nos espaços educativos. Ou seja, as universidades (re)produzem as relações sociais e, com elas, as desigualdades fundadas nas normatividades sociais de sexo, sexualidade e gênero, ao mesmo tempo em que as universidades também são potência no combate das desigualdades nesse cenário, oportunizando a liberdade e o reconhecimento das diferentes identidades de gênero e identidades sexoafetivas que constituem a vida social e, cada vez mais, a comunidade universitária.

As universidades têm questionado e problematizado os efeitos sociais que são produzidos sobre as diferenças de sexo, sexualidade e gênero. Mas elas também atendem e/ou (re)produzem as regulações cisheteronormativas; uma contradição que se localiza entre o direito de estudantes LGBTI+ e a LGBTfobia⁸ nos espaços educativos. Ou seja, as universidades podem (re)produzir preconceitos e violência nos mesmos espaços onde produzem as críticas e combatem as desigualdades sociais que precarizam a vida desses sujeitos (CARDOSO, 2019: p 131).

Nessa dinâmica, uma identidade ou o conjunto de marcadores da diferença interagem com os significados e os valores sociais que uma sociedade (re)produz sobre eles, produzindo uma série de contradições. O estudante Ioiô narra sobre isso, evidenciando um tipo de favoritismo que ele percebe nas relações docente-discente, considerando o fato de ser *gay* e negro. Esse favoritismo seria conduzido segundo os marcadores da diferença e/ou identidades dos estudantes – “mesmo quando eu tenho um bom desempenho acadêmico, isso não muda a situação de vantagem que alguns estudantes brancos e heterossexuais têm com alguns professores”.

Sobre isso, Ioiô ainda narra como a universidade pode repetir as situações de discriminação que ele já viveu e/ou ainda vive antes de ingressá-la e/ou fora dela – “a

⁸ LGBTfobia se refere à homofobia, à transfobia e a qualquer outra forma de preconceito, discriminação, violência e/ou exclusão motivada pela identidade de pessoas LGBTI+.

universidade faz eu lembrar de coisas da infância, quando eu não era escolhido por colegas e professores, por exemplo, não era escolhido no time de futebol da escola”. A contradição narrada emerge no/do cotidiano do estudante com/na universidade, se referindo a como ele se sente discriminado nos espaços educativos; é uma contradição porque, ao mesmo tempo em que ele se sente discriminado, também percebe a potência que a universidade oferece – “aqui [universidade] eu vi que o que minha família ou as pessoas da rua dizem de mim, que sou um putão⁹, é falta de conhecimento do que realmente sou e posso ser”; “a faculdade permite que eu não precise trabalhar na casa das pessoas, como minha mãe”.

A ideia ou sensação de “favoritismo” de Ioiô sugere que o seu acesso e a sua permanência, na universidade, não garantiram se sentisse ou fizesse parte da comunidade universitária; pelo menos não da mesma forma que alguns estudantes favoritos se sentiriam ou fariam. Estar numa universidade e permanecer nela não garante a inclusão nos educativos, sobretudo, quando se trata de estudantes que vivem e/ou (re)produzem as diferenças sociais não normativas de sexo, sexualidade e gênero, por exemplo.

O direito de Ioiô acessar e permanecer na universidade foi materializado (Ioiô realiza um curso de graduação em uma universidade pública, gratuita), mas as relações entre docentes e discentes revelam parte de como o contexto institucional pode (re)produzir as relações sociais de diferenciação, privilégio e discriminação, mesmo na presença de políticas públicas e/ou de discursos mais democráticos de igualdade e inclusão.

Isso reitera a necessidade de debater e promover a educação inclusiva nas universidades, intencionando um ensino e uma aprendizagem sobre/com as diferenças e, assim, produzir informação/formação sobre elas. Ou seja, nós precisamos pensar na educação inclusiva como uma ferramenta que informa/forma os sujeitos na/da comunidade universitária, oportunizando que eles compreendam as diferenças como singularidade (e não como adversidade). A educação inclusiva pode qualificar a vida institucional com a diversidade, pois oportuniza que docentes e discentes (re)aprendam e/ou ressignifiquem as relações socioinstitucionais a partir, também, dos Direitos Humanos.

Quando as universidades têm setores ou serviços específicos que, de alguma forma, servem às questões de gênero/identidade de gênero e diversidade sexual, isso não garante a qualificação e/ou resolução das contradições que surgem na (re)produção da

⁹ Termo usado, no RS, para se referir a homens *gays* de uma forma ofensiva, pejorativa e que denota valores homofóbicos.

cisheteronormatividade nos espaços educativos. Em outras palavras, quando as universidades têm as contradições sociais como um problema administrativo, somente, as suas ações reparadoras não alcançam a complexidade das necessidades subjetivas, educativas e inclusivas de estudantes LGBTI+.

Em outras palavras, a presença da CODIn e do NUGEN na UFPel não produz, necessariamente, a solução de desigualdades que são vivenciadas por estudantes LGBTI+, como pudemos ver com Ioiô. Nos parece que as diferenças [sociais] também têm sido tratadas como mercadorias “neutras” à serviço da gestão (MENDES, 2019: p 16); uma perspectiva administrativa que, sem a devida crítica, pode invisibilizar as demandas e necessidades institucionais sobre/com estudantes LGBTI+, distorcendo a importância das políticas públicas e institucionais, bem como reduzindo e/ou simplificando as sociabilidades como se fossem um simples produto de gestão (VITAL, 2022: p 120).

Nesse contexto, as perspectivas técnicas-administrativas têm importância sim, mas são insuficientes no manejo de problemas sociais, tal como o preconceito e a discriminação. Além disso, a centralização dos aspectos técnico-administrativos pode explicar, em parte, porque os discursos institucionais sobre democracia, igualdade e inclusão podem se afastar das práticas que as universidades produzem, de fato, sobre/com estudantes LGBTI+ (SARAIVA; IRIGARAY, 2009 apud MENDES, 2019: p 16). Se as instituições de ensino (re)produzem ideologias e discursos democráticos que são ricos e humanizados, elas também podem servir à desumanização das pessoas (LEÃO, 2006 apud SOUZA, 2013: p 89).

Sobre a contradição humanização-desumanização, o estudante Severo fez uma narrativa interessante – “ser homossexual, ou não, deixa de ser uma questão quando a universidade desumaniza as pessoas, transformando estudantes em produto”. É como se as universidades confundissem formação e formatação nos processos educativos, com isso (re)produzindo um apagamento das singularidades de estudantes no geral.

É como se estudantes tivessem o dever de corresponder e performar, com a maior proximidade possível, os modelos ideais de como ser e estar nas universidades; modelos que instituem o tipo de sujeito desejável e reconhecível nas instituições de ensino e, na contramão, demarca aqueles que não são “favoritos” e/ou que se distanciam do que seria “uma/um estudante suficientemente bom”. De toda forma, parece que sexo, sexualidade e gênero não importam nesse modelo idealizado que, de alguma forma, desumaniza o corpo estudantil, ignorando as suas singularidades nesse campo.

Assim, ao mesmo tempo em que as universidades produzem conhecimentos acadêmico-científicos sobre sexo, sexualidade e gênero, considerando os cenários de ensino, pesquisa e extensão, elas podem ignorar que tais categorias integram a singularidade de estudantes – o tensionamento do corpo discente pela idealização do “corpo acadêmico”. Isso nos remete à lógica produtivista que as universidades têm (re)produzido, cooptando os corpos estudantis pela “metáfora da máquina” (as máquinas produzem em massa, ao mesmo tempo em que são assexuadas e/ou não têm necessidades no campo do sexo, da sexualidade e do gênero).

Nesse contexto, as universidades podem promover uma apercepção ou apagamento generalizado, incidindo efeitos sobre a singularidade de qualquer pessoa que trabalha ou estuda nelas. Contudo, a (re)produção da normatividades sociais reguladora do sexo, da sexualidade e do gênero, como a cisheteronormatividade, pode aumentar a apercepção ou apagamento da singularidade de estudantes LGBTI+, já que os sujeitos dissidentes são mais entendidos, social e institucionalmente, como inadequados ou passíveis de correção. Ou seja, as universidades podem intensificar o silenciamento e o combate das expressões de sexo, sexualidade e gênero de estudantes LGBTI+, pelo menos em comparação de como procede sobre/com estudantes cisheterossexuais.

Como exemplo, isso se expressa na marginalização e até na violência que estudantes LGBTI+ experimentam nas universidades. Geralmente, esses sujeitos precisam disputar, o tempo todo, o seu direito de ser/fazer quem são nessas instituições; uma disputa que tende a acontecer em todos os momentos e em todos os lugares onde estão (FARIA, 2018: p 88). Nós entendemos a disputa, aqui, como algo relacionado às regulações sociais de sexo, sexualidade e gênero; regulações que são (re)produzidas ao longo da história e em sociedade, com isso indicando o caráter sociohistórico da cisgeneridade e da heterossexualidade na produção das desigualdades sociais e, portanto, educacionais.

Logo, o acesso-permanência de estudantes LGBTI+ nas universidades precisa considerar, também, a reparação de desigualdades histórias e que interpelam o cotidiano dessas pessoas na/com as instituições; o que envolve a reparação da violência epistêmica que estudantes LGBTI+ já sofreram e ainda sofrem na Área de Educação (VITAL, 2022: p 121).

Destarte, o acesso-permanência de estudantes LGBTI+ propõe uma produção democrática e representativa de conhecimentos, já que permanecer nas universidades vai além das condições materiais: demanda o poder de pertencer à cultura acadêmica, de fato;

pertencimento que cria a necessidade de uma cultura acadêmica capaz de identificar e reconhecer, como legítimo, as diversas identidades que dela fazem parte.

Considerando a produção na/com a vida acadêmica, o estudante Arty coloca outra contradição da/na relação de estudantes LGBTI+ com/nas universidades: se o campo dos conhecimentos tem sido mais democrático e representativa do que antes, considerando as diferenças de sexo, sexualidade e gênero (o crescente reconhecimento de docentes, pesquisadoras/pesquisadores e estudantes LGBTI+ nas universidades), não há garantidas de que esses sujeitos têm a liberdade plena de ser/fazer nessas instituições; pelo menos não com a mesma igualdade que sujeitos cisheterossexuais têm podido – desigualdade que é demarcada, sobretudo, nas relações interpessoais e/ou expressão/vivência de afetos.

Sobre isso, as narrativas de Arty nos colocam duas questões importantes – “sinto medo de iniciar uma interação e ser agredido na universidade”; e “aqui [na universidade] a gente só pode ser *gay* na militância e na teoria”. Por um lado, isso remonta ao caráter bélico na vida de estudantes LGBTI+ com/nas universidades, dado as violências que, geralmente, esses sujeitos sofrem/podem sofrer, e a forma do Estado [das instituições] (não) lidarem com essa situação (FARIA, 2018: p 108); uma lida que, muitas vezes, é figurativas e/ou não resolve os problemas como é esperado.

Com isso, pode ser que a vida de estudantes LGBTI+ demande um estado constante de vigília, considerando a constância do risco de violação dos seus direitos nas instituições de ensino (FARIA, 2018: p 107). Ao nosso ver, é daí que emerge o medo de Arty para interagir, pelo menos em parte, já que o seu ser/fazer dissidente, no âmbito da sexualidade, pode ser entendido como ruim no cotidiano com/na universidade – esse tipo de medo sugere a normalização da violência e agressões verbais/psicológicas e até físicas/sexuais desses sujeitos no dia a dia com/nas instituições.

Outra questão, nas narrativas de Arty, remonta à existência de espaços que autorizam, reconhecem e/ou legitimam o ser/fazer de estudantes LGBTI+ nas universidades, tais como a militância (a problematização/reivindicação por política e direitos) e a teoria (a participação no ensino, na aprendizagem e na produção de conhecimento).

Contudo, a demarcação desses espaços que autorizam propõe a existência de espaços que não o fazem segundo as diferenças não normativas de sexo, sexualidade e gênero que, assim, ficam limitadas e/ou condicionadas a certos espaços nas universidades (SILVA, 2017: p 64). Essa divisão socioespacial pode restringir as vivências e/ou expressões de estudantes

LGBTI+, reforçando a impressão de naturalidade dos modos de vivenciar e/ou expressar cisheteronormativos); o que também reforça a impressão de naturalidade da LGBTfobia nas universidades.

Outra discussão que podemos fazer com as narrativas de Arty nos remete à hipótese de que as universidades podem condicionar o ser/fazer de estudantes LGBTI+ no âmbito teórico. Ou seja, essas pessoas podem ser LGBTI+ nos discursos, na militância ou na produção de conhecimentos, mas elas não podem ou podem menos materializar o seu ser/fazer nas relações interpessoais, sobretudo, se estas produzirem alguma demonstração de afeto no/com o corpo.

Desse modo, as universidades (re)produzem a fragmentação da sociabilidade-pessoalidade desses sujeitos, que assim são aceitas nas instituições sob a condição de não materializar, nos/com os seus corpos, algo que se distancie da cisheteronormatividade – as suas vivências e/ou práticas diferentes e/ou identitárias devem acontecer, preferencialmente, no plano abstrato ou teórico, evitando uma “suposta confusão” ou mantendo a “ordem”.

Basta comparar a liberdade de expressão dessas pessoas, sobretudo a relacional/afetiva, com a liberdade com que sujeitos cisheterossexuais podem se expressar/expressam nos espaços da universidade. Essa configuração socioespacial sugere a existência de barreiras simbólicas, culturais e até materiais que as/os estudantes LGBTI+ encontram nas relações e/ou expressão de afetos nessas instituições, tal como abraços, beijos e andar de mãos dadas (VITAL; CAETANO, 2023: p 16).

Dessa forma, nós podemos dizer que há espaços nas universidades sem as condições simbólicas e existenciais necessárias à inclusão e à participação plenas desses e dessas estudantes; o que também se expressa no tipo e na qualidade das respostas institucionais (ou na falta delas) sobre as desigualdades que estudantes LGBTI+ experimentam com/nas universidades (SILVA, 2017: p 114), bem como na presença de discursos normativos sobre sexo, sexualidade e gênero que, disfarçados de regras formais, organização e ordem, funcionam pela condenação da homossexualidade (CARDOSO, 2019: p 35) nas instituições de ensino.

Ou seja, quando nós analisamos as relações de estudantes LGBTI+ com/nas universidades sob a ótica das contradições, nós entendemos os funcionamentos que ora atendem as regulações cisheteronormativas, ora atendem os princípios democráticos de

inclusão. De toda forma, nos parece que as universidades ainda não romperam com as representações negativas sobre os sujeitos LGBTI+ nos espaços educativos (LONGARAY, 2014: p 126).

Com isso, as instituições de ensino precisam fazer o trabalho de ressignificar as representações socioinstitucionais sobre as pessoas LGBTI+; um trabalho que pode ser fundamentado na pedagogia da diferença e, assim, ressignificar as diferenças como produtoras de aprendizagem e, portanto, mediadoras de (trans) formação social sobre/com a diversidade, também, nos espaços educativos.

Sobre esses espaços, as narrativas do estudante Pacífico remontam à diversidade socioespacial que podemos encontrar em uma única universidade. Assim, além dos aspectos generalizáveis sobre as instituições de ensino, estas também possuem diferenças entre si, bem como uma única universidade costuma ser formada por diferentes espaços educativos. E se uma universidade possui diferentes espaços com diferentes funcionamentos, isso sugere que a mesma instituição (re)produz formas diferentes de perceber e lidar com as diferenças. Ou seja, nós podemos dizer que uma única universidade oferecer diversos tipos de experiências para/com estudantes LGBTI+, dependendo dos espaços institucionais por onde vão.

Pacífico faz comparações do curso de medicina com os outros espaços por onde anda na universidade, colocando como as diferenças entre eles influenciam a forma com que é visto – “(...) me vejo como um homem bicha, mas sou visto de muitas formas, depende do lugar onde estou”. Isso nos permite pensar numa universidade como um conjunto de diferentes espaços educativos e não como um todo igual e uniforme, absolutamente generalizável. E se esses espaços têm diferenças entre si, isso pode significar que um único sujeito LGBTI+ pode ser percebido de diferentes formas e ter diferentes experiências em um único dia com/na mesma universidade.

No caso do estudante Pacífico, é possível que o curso de medicina (re)produza mais apagamentos sobre a sua identidade (a forma como ele se identifica); o que sugere um processo de “higienização” do corpo do estudante que, assim, precisa se aproximar ou ser aproximado dos modelos de estudante de medicina que foram institucionalizados (as/os estudantes até podem ser LGBTI+, mas que não devem parecer ou precisam parecer o menos possível quando os modelos institucionalizados demandam por isso).

Assim, Pacífico transita pela universidade buscando espaços que oferecem “aquilo”

que o seu curso não concebe, como a identificação do seu ser/fazer como homem bicha. Em outras palavras, uma universidade tem espaços que potencializam, tem espaços que dificultam e tem espaços que potencializam e dificultam, ao mesmo tempo, que estudantes LGBTI+ possam performar os seus modos de ser/existir.

Por outro ângulo, os espaços das universidades propiciam encontros e convívios de estudantes que vivem e/ou (re)produzem diferenças sociais (CADOSO, 2019: p 128) – estar na universidade oportuniza a relação entre pares, a geração de vínculos e o pertencimento de grupos e coletivos. Dessa forma, as universidades oportunizam com que estudantes produzam (auto) conhecimento em conjunto e com os pares, com isso proporcionando a criação de redes solidárias de apoios e afetos – redes que, muitas vezes, as e os estudantes não encontram na família e/ou na comunidade onde vivem ou de onde vieram.

Nesse sentido, as universidades oportunizam a socialização de estudantes LGBTI+, com isso sugerindo uma pedagogia universitária que, mesmo sem intenção, transborda o plano pedagógico institucional, visto que esse tipo de socialização, muitas vezes, não é pensado e planejado na/com a instituição. Essa ideia reforça a utilidade da pedagogia da diferença como ferramenta de ensinar e aprender sobre/com as diferenças a partir das relações.

Por fim, além das contradições que emergem das relações de estudantes LGBTI+ com/nas universidades, nós queremos falar de outro no presente estudo: as diferenças que existem ou podem existir na localização geográfica das universidades. Elas podem se localizar em grandes centros urbano e/ou regiões metropolitanas, ou pertencer a uma região mais interiorana ou rural (também precisamos considerar que uma única universidade pode ter os seus campi distribuídos em regiões metropolitanas e interioranas e/ou rurais).

Trazemos essa realidade, pois é possível que tanto o tipo quanto a extensão dos problemas vivenciados por estudantes LGBTI+ se diferem segundo o tamanho da cidade ou o tipo de lugar, se urbano ou rural (FARIA, 2018: p 74), das universidades. No caso de quem estuda em universidades localizadas no interior, é possível que a quantidade e a qualidade da LGBTfobia sejam diferentes, pelo menos em comparação com os fenômenos que acontecem nos grandes centros urbanos, já que as regiões interioranas tendem a ser mais conservadoras nas questões de sexo, sexualidade e gênero (CARDOSO, 2019: p 87).

Assim, a localização do campus universitário é importante, dado os efeitos disso na sociabilidade de estudantes LGBTI+, a exemplo das relações de intolerância que podem ser duplicadas nas universidades que estão localizadas no interior (FARIA, 2018: p 75). Sobre a

UFPeI, que está localizada no interior do RS, os estudantes participantes da pesquisa não indicam relação das suas experiências com a localidade ou região. No entanto, precisamos considerar que essa pesquisa tem limitações nesse campo, já que ela não teve o objetivo de explorar e nem aprofundou na exploração dessa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós não tivemos a pretensão de esgotar ou concluir o tema. As reflexões que foram propostas, aqui, são iniciais e repetem o que já tem sido dito sobre as pessoas LGBTI+ na Área de Educação. A diferença do presente estudo está na perspectiva teórica associada ao tema (a educação inclusiva e a pedagogia da diferença) e no foco relacional da crítica das universidades – além de pensar os sujeitos LGBTI+ no contexto cisheteronormativo das instituições de ensino, nós tentamos entender a problemática pela/com as relações desses sujeitos com/nas instituições, tomando as contradições como indicadores do processo inclusão-exclusão de estudantes LGBTI+.

Desse modo, nós (re)pensamos as universidades sob a ótica das contradições sociopessoais, acreditando que essa perspectiva amplia o debate e transcende a simplificação/classificação das pessoas e instituições que, de outra forma, acabam sendo pensadas como “o que são e o que não”, “causa e efeito” e/ou como “boas ou ruins”.

A ideia foi desconfundir os problemas de sexo, sexualidade e gênero, nas universidades, com a lógica subjetiva, que “hiper pessoaliza” o que também é social e institucional, e com a lógica social socialista que despessoaliza o que também é singular/pessoal. Ou seja, uma contradição indica a dinâmica ou funcionamento das relações sociopessoais, já que ela surge do encontro de elementos antagonistas que constituem um mesmo processo, tal como a potência de ser/fazer e às barreiras que incidem sobre isso.

Para compreender os fenômenos que exploramos no presente estudo, nos atentamos à dinâmica ou seu funcionamento (em como acontecem). Nós acreditamos que essa perspectiva permite um modo compreensivo-propositivo e que assim nos aproxime de ações pela transformação em prol da qualificação das/nas relações entre estudantes LGBTI+ e universidades.

É nesse sentido que fazer uma análise com/na perspectiva das relações (e suas contradições), compreendendo o fenômeno por sua dinâmica ou acontecimento, nós que podemos compreender, também, os modos de qualificá-los. Ou seja, ao invés de nos ater às descrições e classificações (o entendimento das partes – pessoas e instituições), nós

pensamos as contradições ou processos de um problema (as relações de pessoas e instituições).

Em outras palavras, não é só intervindo com estudantes LGBTI+ ou com estudantes cisheterossexuais ou nas instituições que resolvemos um problema de ordem relacional. É preciso alcançar as relações, os processos, os acontecimentos que, no caso do presente estudo, subsidiam a (re)produção social das (des)igualdades de sexo, sexualidade e gênero com/nas universidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, **Secretaria da Educação Especial – MEC/SEESP**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, **Conselho Nacional de Saúde**, 2012. Disponível em < <https://encurtador.com.br/oArX> >. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Brasília, **Conselho Nacional de Saúde**, 2016. Disponível em <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

CARDOSO, Iuri. **O mundo e o outro mundo**: reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais na USP. Dissertação de Mestrado, Sociologia, USP, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122019-160123/publico/2019_luriCardoso_VCorr.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CORREIA, Paulo Petronilio. A Formação Est (Ética) do Educador: a aventura do olhar em busca de uma pedagogia da Diferença. Dissertação de Mestrado, Educação, UFSC, 2004. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87325/212335.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FARIA, Mateus Aparecido de. A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades. **Dissertação de Mestrado**, Saúde Coletiva, IRR, 2018. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/Kqnl> >. Acesso em: 19 fev. 2024.

LONGARAY, Deise Azevedo. A (re)invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais. **Tese de Doutorado**, Educação em Ciências, FURG, 2014. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/POyU> >. Acesso em: 19 fev. 2024.

MENDES, Diego Costa. Ser ou não parecer no curso de administração? Eis a questão! A performance de alunos gays, e bissexuais no contexto de um curso heteronormativo. **Tese de Doutorado**, Administração, UFP, 2019. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/vRMB> >.

Acesso em: 19 fev. 2024.

RAMANOWSK, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, 6 (19): 37-50, 2006. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/kgRP>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Trajetória, permanência e afiliação de estudantes LGBTQS na UFRB: a transformação do estigma em orgulho. **Dissertação de Mestrado**, Estudos Interdisciplinares, UFBA 2017. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/goul> >. Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUZA, Janice Aparecida de. Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico. **Dissertação de Mestrado**, Educação, UFMG, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DIAH> Acesso em: 19 fev. 2024.

TADEU, T. A arte do encontro e da composição: Spinoza + Currículo + Deleuze. **Educação e Realidade**, 2 (27): 47-57, 2002. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/RGQq>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

VITAL, R. S. *Estudantes Gays, Cotidiano e Universidade: práticas e táticas na experimentação de si*. 2022. **Tese** (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022.

VITAL, R. S; CAETANO, M. Narrativas, Currículos e Afetos: reflexões sobre estudantes gays nas instituições de ensino. **Temas em Educação** (UFPB), v. 33, p. 1-21, 2024.